

# Em nome da transição e da conciliação

Depois de incrustar seus liderados na cúpula do PMDB é que se iniciaria um trabalho mais intenso de Tancredo Neves para ganhar mais espaço dentro do governo. Imediatamente após a convenção, recebeu para um jantar o ministro Danilo Venturini, que deixava o Palácio da Liberdade sorridente: "O governo federal também defende a idéia de consenso". No mesmo dia, o arqui-lhado de Tancredo, deputado Thales Ramalho, reunia-se com o vice-presidente Aureliano Chaves e ambos concluíam que o processo de eleição presidencial seria indireto. A vitória dos moderados do PMDB mobilizou também o grupo "pró-Diretas" do PDS, que se reuniu com o ministro Leitão de Abreu para analisar a eleição indireta com consenso. O chefe da Casa Civil já admitia que a oposição poderia vencer com candidato de "vida pública inatacável".

No dia 8 de dezembro, o presidente Figueiredo condenava as pressões para apressar a abertura e Tancredo Neves considerava seu discurso "adequado para o momento". A aproximação parecia mais evidente duas semanas depois, quando os ministros militares passaram a defender o entendimento vigorosamente. "A Nação precisa conversar" em busca de "um caminho confiável para o amanhã" — recomendava o brigadeiro Délio Jardim de Mattos. Pouco depois, o governador de Minas estampava seu perfil na imprensa: "Sou o nome mais aberto da política brasileira, que recebe João Amazonas e também José Sarney".

Do lado do PDS, porém, as posições fechadas e as postulações intransigentes levavam o presidente Figueiredo a abrir mão da coordenação da candidatura do partido a sua sucessão. Tancredo já defendia, então, que a fidelidade partidária não seria aplicada ao Colégio Eleitoral. O sintoma de que sua tese tinha acolhida no governo veio no dia 30 de dezembro, quando o ministro Leitão de Abreu assegurou ao senador José Lins (PDS-CE) que o deputado Paulo Maluf ganharia na convenção do PDS, mas não no colégio e ainda insinuava a possibilidade de o Palácio do Planalto apoiar um candidato do PMDB confiável.

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, iniciava seu ano de trabalho confirmando o "diagnóstico" de Leitão, que "não é nem prognóstico". Logo depois, *O Estado* revelava que o presidente Figueiredo não estava aliado do processo contra Maluf, reproduzindo seu diálogo com empresários em 5 de janeiro. "Vamos batê-lo em janeiro, se ele nos bater em setembro". O chefe da Casa Civil adiantava a estratégia: "Apenas o infiel se sujeita às sanções previstas na Lei da Fidelidade. Mas como a eleição se dá num prazo muito próximo da posse do novo presidente (janeiro a março), a fidelidade se torna ainda mais ineficaz, pela possibilidade de composições futuras".

As articulações intensas levavam o vice-presidente Aureliano Chaves a buscar definições: ele anunciou sua candidatura, enquanto os malufistas pregavam a unidade do PDS e a cúpula do partido rejeitava as eleições diretas e o voto infiel. Em seguida, recebeu o apoio do banqueiro Olavo Setubal. Simultaneamente, Tancredo Neves teve um encontro reservado com o diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz.

## DIRETAS. QUANDO?

Curitiba, 12 de janeiro de 1984. O

governador José Richa comandava o primeiro comício Pró-Diretas Já na capital do Paraná, reunindo 40 mil pessoas. Tancredo mantinha a promessa de afastar-se da candidatura de consenso porque vislumbrava duas hipóteses na sucessão presidencial: "Diretas ou colégio eleitoral" — e recomendou ao PMDB que decidisse sobre sua participação na eleição indireta apenas depois da votação da emenda Dante de Oliveira.

A inquietação nas Forças Armadas era notória, mas o ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, dizia ter certeza da viabilidade de alternância no poder.

No dia 16 de janeiro, um lance político passou despercebido diante da empolgação da campanha oposicionista pelas Diretas Já: o deputado Norton Macedo (PDS-PR), ligado ao ex-governador Ney Braga, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral consulta sobre a validade do voto infiel no colégio eleitoral.

O desassossego do presidente Figueiredo diante do processo sucessório tornou-se flagrante quando recebeu o mais forte candidato do PDS, Paulo Maluf, que lhe recomendava desconstrução. "A casa é minha e eu fico como quero" — foi a dura resposta. No PMDB, os moderados defendiam a idéia da participação do partido no colégio eleitoral, primeiro no Congresso — entre os parlamentares liderados por Roberto Cardoso Alves, Francisco Amaral (SP) e Affonso Camargo (PR) — e, na sequência, entre os governadores Íris Rezende (GO), Gérson Camata (ES) e Nabor Júnior (AC).

Em Salvador, o comício Pró-Diretas reuniu 15 mil pessoas, mas a palavra de ordem era sustentada por Caetano Veloso, que apoiava Tancredo Neves para o processo direto ou indireto: "O Brasil precisa mais de um homem de centro do que de um esquerdista; precisa de um conciliador que vá para o equilíbrio e não para a radicalização".

Cinco dias depois, no entanto, o governador de Minas ausentou-se do comício que reuniu 400 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, para recepção do general Figueiredo em Uberlândia. Mesmo assim, declarou que a polarização entre diretas e indiretas "é a radicalização nas ruas" e pregou consenso para "evitar radicalização", que poderia levar a "consequências desastrosas".

Em resposta indireta a Tancredo, Maximiano da Fonseca garantia que os militares acatariam "a decisão política". No PDS, os acontecimentos favoreciam o governador de Minas: o candidato Hélio Beltrão renunciou em favor de Aureliano Chaves e o ex-presidente Ernesto Geisel também anunciava seu apoio ao vice-presidente. No Congresso, Maluf tentava provar que era um deputado atuante.

No dia 7 de fevereiro, a apreensão com a campanha pelas diretas era crescente o bastante para Tancredo Neves lembrar que o processo "por si só" não resolveria a crise nacional. Uma semana depois, pedessistas mineiros avisavam que aguardavam o apoio de Tancredo a Aureliano. A divisão no PDS era cada vez maior: Figueiredo convocou Aureliano, Maluf, Marco Maciel e Mário Andreazza para dizer-lhes que a cúpula militar queria a defesa do colégio contra as eleições diretas, e ele próprio ainda esperava a unidade do partido. No dia seguinte (16/2), Délio Jardim de Mattos procurou afastar temores de

retrocesso, "só porque o governo decidiu confirmar um tipo de eleição previsto na Constituição".

"O Exército, por dever constitucional, tem como atribuição a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constituídos e, quando age como Exército, o faz dentro de seus deveres previstos na Constituição" — reforçou o general Rubem Bayma Denys, ao assumir o comando da Academia Militar de Agulhas Negras no mesmo dia. Ex-comandante da Polícia do Exército — no governo Médici, quando foi mais dura a repressão —, Denys acrescentou que o Exército é, nesse sentido, uma instituição política. Agora chefe do Gabinete Militar, o general ressaltou, porém, que "os militares são apolíticos".

Em abril, a campanha pelas diretas ganhou impulso, com a aproximação da votação da emenda Dante de Oliveira. Tancredo compareceu ao grande comício de São Paulo, mas suas palavras mais certas não foram pronunciadas ao microfone, no palanque. No trajeto para o Vale do Anhangabaú, de automóvel, o governador de Minas comentou com Leonel Brizola sua apreensão diante do milhão de pessoas clamando por Diretas Já: "É um rio de gente. Vai ser preciso muita competência para canalizar direito a frustração popular se a emenda não passar". No mesmo 16 de abril, o governo enviou ao Congresso a emenda Figueiredo, propondo diretas em 1988.

Na comemoração de Tiradentes, Tancredo condecorou os governadores José Richa, Esperidião Amin e Roberto Magalhães, recebendo o apoio de todos para o entendimento. Em seguida, Leitão de Abreu indicou seu nome para conduzir as negociações; Figueiredo avançou um pouco mais, admitindo que Tancredo Neves era um nome aceitável para a Presidência da República.

No dia 25 de abril, todas as atenções da Nação voltaram-se para o Congresso, que mesmo assim rejeitou a emenda Dante de Oliveira por 22 votos. Aureliano Chaves lançou o novo slogan — "Negociação Já". Mas, o governador de Minas já trabalhava nesse sentido. No dia seguinte, uma reunião produziu o saldo necessário: "Os governadores do PMDB estão unidos em torno de Tancredo".

Em 27 de abril, mais governadores — Roberto Magalhães, Divaldo Suruagy e Agripino Maia — aclamavam Tancredo como homem certo para a conciliação nacional, "maior político brasileiro da atualidade". Pouco depois, ele próprio sugeriu que "o ideal seria que as oposições todas se somassem, para ganhar ou perder, em torno de um nome da própria oposição", ao rejeitar a proposta de um nome apartidário.

Na abertura da Exposição de Gado Zebu, em Uberaba, novo encontro com o general Figueiredo. Tancredo tomou a dianteira, pois "é hora de diálogo", e afirmou que não se trava "de encontrar nomes ou grupos, mas de estabelecer, acima deles, programas de ação política e administrativa que conjurem a crise". Ao final, foi fortemente abraçado pelo presidente.

Enquanto isso, os moderados do PMDB avançavam no entendimento com os aurelianistas. O vice-presidente admitia apoiar Tancredo caso perdesse na convenção para Maluf ou Andreazza. O deputado Saulo Queiroz informava que um novo partido já estava nas cogitações dos aurelianistas. Depois de se encontrar com o vice-presidente, o secretário paulista Roberto Gusmão

lançou o desafio: "Minas unida representa o equilíbrio e a unidade indispensáveis ao momento político".

No mês de junho a idéia das prévias crescia no PDS; enquanto seu presidente, José Sarney, procurava um entendimento com Ulysses Guimarães em torno da emenda Figueiredo. Tancredo Neves desautorizou o lançamento de sua candidatura pelos governadores oposicionistas reunidos no Palácio dos Bandeirantes, mas aconselhou um programa mínimo de governo: Constituinte, plano social que libertasse o País da fome e da miséria e programa econômico que fixasse a soberania nacional diante dos credores externos, com taxas de juros permanentes e possibilidade de crescimento.

Como previra Tancredo, a desagregação no PDS cresceu: Sarney renunciou, por causa da inviabilidade das prévias. Ao mesmo tempo, Figueiredo dizia ao deputado Inocêncio Oliveira (PDS-PE) que a vitória do governador mineiro era o resultado mais provável no colégio eleitoral. O senador Jorge Bornhausen também renunciou à presidência do PDS, e 22 de junho, quando Aureliano e Marco Maciel ameaçavam retirar suas candidaturas. De norte a sul intensificava-se o movimento em torno de Tancredo: Jair Soares falava em trabalhar votos para ele, enquanto os piauienses lhe davam apoio, depois de revelada a promessa de ter um vice nordestino.

No dia da votação da emenda Figueiredo (28/6), Tancredo foi recebido triunfalmente no Congresso, mas o governo retirou sua proposta porque a oposição pedira destaque para a votação das Diretas-Já, com grandes chances de sucesso. "É tapar o nariz com o lenço e ir ao colégio eleitoral, se necessário" — adiantava-se o governador de Minas. "Pode ser ruim, mas não ir pode ser péssimo".

Em Londrina, Maluf era recebido com tomates e ovos pela população e resolvia aceitar as prévias, tardiamente. Aureliano Chaves recebeu Tancredo: "Louvem-se as oposições: estão conseguindo exibir unidade e maturidade política para a disputa no colégio, onde devem obter até a convergência de setores do PDS". Em seguida, o governador mineiro conversava com José Sarney.

De São Paulo, o empresário Antônio Ermírio de Moraes pedia definição das oposições em torno de Tancredo, "rapidamente". De imediato, o governador pediu o apoio das esquerdas do PMDB para sua candidatura e foi ao Rio negociar com o PDT. O sucesso de suas peregrinações já levavam Tancredo a prever a vitória, mesmo antes de oficializada sua candidatura, em 10 de julho: "Se os esquemas montados não falharem, tenho a impressão de que nós não estamos alimentando uma falsa esperança".

Nesse mesmo dia, Aureliano Chaves assumia pela primeira vez de público que poderia apoiar o ex-governador de Minas, ao sair de uma reunião com o ex-presidente Geisel. O vice-presidente havia recebido horas antes uma carta de Tancredo, que garantia não haver intenção de revanchismo em sua pregação democrática, "acima das divergências passadas". Mensagens de idêntico teor chegavam também a dois generais-de-exército ligados a Geisel: Ivan de Souza Mendes e Leônidas Pires Gonçalves — agora ministros do SNI e do Exército do governo Tancredo.

Uma semana depois, a Frente Libe-

ral do PDS formalizou a adesão à candidatura peemedebista, com o propósito de "estabelecer uma aliança", segundo o senador Marco Maciel. "Não é mais uma aventura" — assegurava o governador de Minas. Removido o obstáculo da candidatura de Ulysses Guimarães — que afinal só disputaria a Presidência pelo sistema direto —, ficou fácil para o diretório nacional do PMDB aprovar a participação do partido no colégio eleitoral, com o candidato Tancredo Neves. "Vamos ao colégio eleitoral para destruí-lo, para que ele nunca mais possa reunir-se no Brasil".

Com a formalização dentro do partido, apoiado pelos governadores e imediatamente pela bancada fluminense, o candidato procurou afastar os temores de revanchismo: "Vamos para essa luta sem olhar para o passado". Nos meios militares, porém, essa afirmação não era considerada satisfatória e o próprio general Figueiredo dizia temer a esquerdização em torno de Tancredo Neves. "Não usarei a repressão para esmagar as esquerdas, ainda as mais radicais, para atender aos interesses das direitas" — respondeu energicamente o governador mineiro. Em seguida, o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Waldir Vasconcelos, esclarecia que não temia a esquerdização.

No PMDB, a dificuldade de Ulysses era acomodar a candidatura de José Sarney à Vice-Presidência, como parte do acordo com a Frente Liberal; no PDS, Figueiredo fazia a última tentativa de unificar o partido, reunindo todos os governadores na Granja do Torto, no mesmo domingo em que procurou dissuadir Aureliano Chaves de sua intenção de apoiar a candidatura oposicionista. No dia seguinte (23/7), Aureliano limitou-se a vetar ataques à Revolução de 64 na campanha oposicionista. No dia 26, a Aliança Democrática divulgava seu programa mínimo, "Compromisso para a Mudança"; o vice-presidente deixou o PDS e confirmou a candidatura Sarney, que também se desligou.

O apoio empresarial Tancredo já conseguira. No início de agosto, ele recebeu 71 representantes de sindicatos e federações de trabalhadores, e prometeu-lhes participação na administração do Fundo de Garantia, BNH e Previdência Social.

No PDS, as definições divergiam: enquanto o governador Roberto Magalhães ingressava na Frente Liberal, ministros politicamente menos expressivos do governo Figueiredo passavam a apoiar Andreazza, na tentativa de enfraquecer o malufismo.

As denúncias de corrupção eleitoral de Maluf tornaram-se mais frequentes com a aproximação da convenção do PDS. Além disso, sete governadores do partido governista compareciam à formalização da Aliança Democrática e da Frente Liberal, quando Tancredo prenunciava o fim do "eclipse de 20 anos" sobre a Nação.

No dia 10 de agosto, o PDS iniciou sua "maratona gastronômico-turístico-eleitoral" em Brasília, onde os gastos foram calculados em Cr\$ 10 bilhões, para a escolha do candidato governista. Como previsto, vitória de Maluf, por 493 a 350, na votação de 11 de agosto.

Já no dia seguinte, entretanto, sua futura derrota era selada com a aclamação de Tancredo pela convenção do PMDB: depois de cantar o Hino Nacional, as três mil pessoas presentes vaticinaram: "Salim, Salim, Salim, sua alegria está no fim".